

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1995

O COMUNISMO: UM ANÁTEMA ESTADO-NOVISTA

"É bom que [...] todos saibam donde vem a ordem para a guerra civil, donde é inspirado o internacionalismo contra a Pátria, o domínio estrangeiro contra a independência da Nação, a propaganda contra a beleza e o valor da vida, o ódio a Deus e ao próximo, a ditadura execranda da ininteligência e da insensibilidade moral"

Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas*, vol. III, 1938-1943, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, p. 19.

O artigo que apresentamos não tem a pretensão de estudar o anticomunismo no conjunto dos seus aspectos. Nem mesmo de esgotar as interpretações caracterizadoras do anticomunismo enquanto expressão da política oficial do salazarismo. Procuramos, isso sim, percorrer alguns dos caminhos propostos por uma oposição sistemática ao comunismo realizada pelo salazarismo no decorrer da década de trinta. Assim, ao nível do discurso procurámos explicar as coordenadas gerais de um anátema construído para "legitimar" ideologicamente os pressupostos defendidos pelo Estado Novo. Sabendo que o comunismo não representou neste período uma ameaça real entre a textura social

* Mestrando de História dos sécs. XIX e XX da Universidade Nova de Lisboa.

de um país que, pela sua timidez no processo de desenvolvimento industrial, jamais alimentou a constituição de um proletariado industrial e urbano que pudesse ser, com significativa dimensão, favorável ao alastramento das ideias marxistas, vejamos, então, como se procurou enquadrar o comunismo como um anátema.

Marx, "pai de um novo espiritualismo"⁽¹⁾, seria excomungado pela matriz espiritual do cristianismo que alicerçava o Estado Novo. Este, procurando uma nova referência doutrinal perante a "crise do Estado Moderno" agarrou o aroma da doutrina social da Igreja e o autoritarismo de uma educação religiosa e tradicional e como um verdadeiro cruzado dos novos tempos impôs-se contra essa "poeira do Oriente" de puro materialismo. Rejeitando tanto a concepção liberal como a concepção totalitária de Estado procurou-se retornar a uma filosofia cristã do poder adaptada aos turbulentos tempos em que se vivia. O comunismo seria encarado como uma pura reacção às injustiças do individualismo liberal e, nesse sentido só podia reduzir-se a uma pura inversão social. Como terceira via surgirá o corporativismo. Apresentar-se-á como a doutrina salvadora da nação onde a sua natureza integradora e consensual irá gerar os maiores progressos, convertendo os descrentes e conformando os sonhadores, sempre olhando para a exemplar obediência e para os valores campestres deste povo de brandos costumes e já tão cansado de "conspirações"...

1. O Anticomunismo do Estado Novo em Portugal

Depois do "arrumar da casa" dos anos da Ditadura Militar, assistimos ao nível do debate ideológico à existência de uma fronteira que delimita aquilo que é o regime. Ou seja, como um círculo fechado, admitia-se a existência de correntes diametralmente opostas — como é o caso de republicanos/ monárquicos; liberais/ absolutistas; parlamentaristas/corporativistas — mas que não pudessem pôr em causa o *tipo* de sociedade⁽²⁾. Neste sentido, o comunismo surge aos olhos do Estado Novo como um inimigo da

(x) Cf. João Ameal, *No limiar da idade nova*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1934, p. 26.

(2) Franco Nogueira, *Salazar*, vol. H, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 162.

sociedade, um inimigo da Pátria, que, além de se traduzir por urna diferença ideológico-política, é quase sempre visto como "a destruição de todos os sistemas existentes para sobre as suas ruínas se instalar o caos"⁽³⁾.

É, pois, sob este conceito de caótico, de destruidor, que se marcará fortemente um sentimento anticomunista, radicalizando todo o discurso ideológico e que combinará formas muito diversificadas de intervenção, principalmente ao traduzir-se numa complexa rede de acções e de ideias de natureza política, económica, cultural, militar e outras, que atingirão todas as esferas da vida social.

O comunismo, porém, não podia apresentar-se apenas como "impossível" no contexto político nacional. Ele iria, também, apresentar-se como uma ameaça exterior. Identificado constantemente como bolchevismo, ou ainda soviétismo, este, além de ser o maior inimigo da Pátria, era também o maior inimigo da Civilização — aqui entendida, conceptualmente, como europeia, ocidental e cristã — o que dava à União Soviética uma face exclusivamente oriental, anti-europeia — logo anti-civilizacional — entendendo-se o comunismo como um "fenómeno puramente russo"⁽⁴⁾. Olhado muitas vezes como uma tendência reaccionária contra a engrenagem demo-liberal do século XIX, o comunismo, tinha por isso, um certo aspecto de legitimidade e de justiça, mas era, porém, a "forma oriental" dessa reacção. O que nunca poderia convir à crise paralela do Ocidente⁽⁵⁾.

Este afastamento do sistema ideológico comunista das fronteiras da Europa (ocidental) será um dos argumentos, logo em 1934, defendidos por Portugal na melindrosa discussão da admissão da U.R.S.S. na Sociedade das Nações. É que esta não tinha um "fundo comum de moral e de cultura" com a Europa⁽⁶⁾. Nesta

(3) O *Século*, 3 Jan. 1934.

(4) José Rolim, *O Comunismo. História, ideologia, crítica*, 2 vols., Lisboa, União Gráfica, 1944, p. 379. O autor afirma-nos, ainda, eloquentemente: "Se sois comunistas, já atraíste a Pátria; já não sois lusos: sois russos!", p. 380.

(5) Esta conotação de "oriental" é acentuada por Georges Roux e referenciada na obra de João Ameal, *A revolução na ordem*, Lisboa, Tipografia Ingleza Lda, 1932, p. 20.

(6) Num editorial do *Século* de 3 de Outubro de 1934, é-nos referida a argumentação do embaixador dos Negócios Estrangeiros, Dr. Caeiro da Mata,

oposição à participação da URSS na "aventura europeia"(7), o Estado Novo advertia que essa integração na mesa das "nações ocidentais" seria a porta de entrada do "revolucionarismo expansionista" mascarado por uma nova estratégia diplomática da União Soviética, que, procurando cortar o seu isolamento a nível internacional face às ameaças do fascismo refugiava-se na trincheira frentista para melhor concretização dos seus objectivos subversivos(8). Mas Portugal não se deixara iludir como os países capitalistas(9). Daí que todo este posicionamento anticomunista, anti-soviético, fosse o resultado desse receio obsessivo de que o * 1

que sustenta as razões da oposição à entrada da URSS na Sociedade das Nações; Do ponto de vista europeu refere: "O princípio e espírito da solidariedade europeia, contrário á ideia de isolamento, necessita de um fundo moral e de cultura que não existe entre a Rússia e a Europa". Das razões portuguesas o Embaixador refere, essencialmente, duas: a de que a propaganda soviética é nociva a Portugal "País de ordem, de disciplina, de sentimentos cristãos, profundamente enraizados de altíssima moralidade familiar e firme respeito pelos direitos individuais" e pelo facto de Portugal não reconhecer a URSS, o que implicava uma contradição no dizer do diplomata "conciliar a convivência internacional na S.D.N. com a ausência de relações fora de Genebra".

7) O jornal officioso do regime, *Diário da Manhã* de 1 de Outubro de 1934, referia em editorial que esta oposição não teve qualquer influência na votação final. Aliás, "Portugal estaria só, ou com uma minoria contra a qual se esboçara discreto movimento de hostilidade".

(8) "Nem os discursos de Litvinoff, nem o tom da imprensa soviética revelam qualquer mudança na doutrina e nos métodos políticos da U.R.S.S. Antes parece que de Moscovo se pretende dar a entender ao mundo inteiro que a Rússia ingressou na S.D.N. para aí impor o seu direito revolucionário aos povos que, de Genebra, lhe solicitaram a entrada na Assembleia. A III Internacional continua a sua actividade subversiva por toda a parte, e não consta que os agentes do Komintern se tenham afastado da sua direcção. Tanto Litvinoff como Stalin sustentam que o regime soviético se mantém, na essência e na forma, o mesmo de sempre, tal como Lenin o instituiu" (*Diário da Manhã*, 1 Out. 1934).

(9) A ideia de que a URSS não tinha largado os seus objectivos de incrementar a sua acção revolucionária mundial, apesar de carregar o peso da paz e de uma série de acordos, como o pacto de não-agressão e tratados de comércio acordados com nações da Europa, faziam querer que o Ocidente fazia "sentar de novo o filho pródigo russo à mesa do banquete da civilização", o que levou o Estado Novo a criticar a acção dos países capitalistas, acusá-los de elaborarem "juízos superficiais" (*O Século*, 24 Abr. 1934).

comunismo pudesse invadir a Europa, já que sob as ordens de Moscovo os partidos comunistas europeus ameaçavam subir ao poder através dessa nova estratégia que procurava as forças democráticas como aliadas do comunismo face ao perigo fascista.

Ora, estes acontecimentos de carácter político no cenário europeu apenas serviram como "pulmão" de respiração interior à necessidade da ideologia política estado novista de adoptar um antibolchevismo militante, quando essa ofensiva soviética atingiu a "cabeça" da Europa⁽¹⁰⁾. Com a vitória da *Frente Popular* na vizinha Espanha e, conseqüente guerra civil, esse anticomunismo ganharia contornos mais radicais, na medida em que se institucionalizaria publicamente, não só com a depuração e intimidação do funcionalismo público através do Decreto 27.003 de "activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas"⁽¹¹⁾, como através da criação da Legião Portuguesa, essa "legião cívica de combate às ideias marxistas"⁽¹²⁾, no culminar do processo institucional de segurança interna imediata do regime⁽¹³⁾.

⁽¹⁰⁾ Em Janeiro de 1937, o jornal *Novidades* iniciaria uma série de artigos anticomunistas onde considera a Península Ibérica a "cabeça da Europa" numa matriz profundamente nacionalista. Diz-nos assim o editorial: "[...] teve o nosso épico intuição genial quando pela boca de Vasco da Gama denominou a Península Ibérica a 'cabeça' da Europa toda. Os estudos geográficos vieram depois dar à intuição poética uma base científica, não duvidando por exemplo o nosso mais autorizado geógrafo contemporâneo, o Dr. Amorim Girão, escrever que a Península parece ser o foco onde se reúnem os diversos traços da tectónica da europa, como se ela constituísse a rede do vitalismo europeu". Daí, a "invasão soviética na Espanha se dirigir, de facto, à cabeça da Europa Civilizada", *Novidades*, 17 Jan. 1937.

⁽¹¹⁾ Decreto-lei n° 27.003 publicado no *Diário do Governo* de 14 de Setembro de 1936, in Comissão do Livro Negro sobre o fascismo, *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Fev. 1985.

⁽¹²⁾ Cf. João Medina (dir.), *História de Portugal Contemporâneo, Ditadura: o "Estado Novo"*, 2 vols., Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 247.

⁽¹³⁾ Sobre a Guerra Civil de Espanha e a evolução política em Portugal ver César de Oliveira, *Salazar e a guerra civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1987.

2. A "necessidade" do comunismo como reforço ideológico do próprio Estado Novo

Apesar dos acontecimentos de 1936 em Espanha terem sido decisivos para toda uma mobilização anticomunista de oradores, conferencistas, jornalistas, emissoras, um sentimento e uma projecção interna contra o comunismo verificava-se já desde os inícios da década de trinta. E aqui centra-se um dos objectivos deste artigo, a reflexão do anticomunismo como arma de reacção ideológica surgida no contra-campo de reforço político-ideológico do Estado Novo.

Daí que, esse anticomunismo não ficasse, digamos assim, dependente da capacidade real de "perigo" que o comunismo pudesse, ou não, representar, enquanto estivesse mais distante, na longínqua Rússia, ou mais próximo, "paredes-meias da tranquila casa lusitana"⁽¹⁴⁾. Apesar desse facto ter sido determinante, na medida em que sugeriu a sua necessidade "real" como arma de ataque a essas ideias tão anti-patriotas, anti-cristãs e anti-europeias, o Estado Novo foi ideologicamente desde a sua origem uma construção anticomunista. Havia uma "necessidade" do comunismo para fortalecer o próprio ideário do Estado Novo. O objectivo era procurar criar em seu redor uma unidade interna contra um inimigo que se queria "externo". Nesta relação de choque de "extremos" o comunismo representava o lado "mau" e o Estado Novo apresentava-se como a solução para esse "mal". Neste sentido desenvolver-se-á um anátema.

Contra a posição marxista da divisão de classes a doutrina corporativista postulava um interclassismo, já que a sociedade compunha-se não de classes antagónicas mas de grupos harmónicos divididos verticalmente segundo as respectivas funções na sociedade. Além disso, o comunismo negava valores caríssimos da realidade histórica portuguesa como a família, a pátria, a propriedade ou a religião, "essa fonte de resignação, único alívio para as dores materiais e morais"⁽¹⁵⁾, como era considerada.

⁽¹⁴⁾ Mons. Fino Beja, *Civilização e Comunismo*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1938, p. XVII

⁽¹⁵⁾ Cf. Henrique Baptista, *A mentira comunista*, pp. 246-248.

O anticomunismo ganharia assim um carácter mais discursivo que faz do Salazarismo, na sua essência e na sua longevidade, militantemente preso à ideia de que "esse perigo que vem de longe, tende a ser incomparavelmente maior" como referia em tom alarmante, o defensor do regime, Alfredo Pimenta em 1941⁽¹⁶⁾. Neste sentido, se entendermos como alvos principais os comunistas e o seu partido ou os trabalhadores e as suas organizações de classe vemos que na prática, enquanto experiência activa, durante toda a década de trinta, esses alvos foram de uma importância muito reduzida na medida em que o movimento comunista português foi asfixiado nas fileiras do anarco-sindicalismo⁽¹⁷⁾, assim como, desde muito cedo o corporativismo tinha anulado quaisquer propostas de divisão de classe, cortando pela raiz todo o dualismo de luta social de proletariado *versus* burguesia. Daí que, durante este período da década de trinta, ao reflectirmos sobre os diversos aspectos do anticomunismo tenhamos que o fazer mais ao nível do discurso do que através de uma análise de uma prática quotidiana onde o comunismo se apresentasse "realmente" e "de facto" como um perigo.

2.1. A visão do "perigo" ou atributos do comunismo

No Estado Novo temos com a propaganda ideológica uma maior preocupação de criar na sociedade uma sintonia de valores, onde a visão desta fosse a de um sistema harmónico, estruturado na autoridade e na ordem. Essa ideia, constituída à base de certezas,

⁽¹⁶⁾ Cf. Alfredo Pimenta, *Contra o Comunismo*, Guimarães, s. e., 1941, p. 11 ss.

⁽¹⁷⁾ Mais do que asfixiado, toda a sua origem é já em si de natureza anarco-sindicalista. Ver a este respeito o interessante estudo de Francisco Canais Rocha "Convergência de socialistas e comunistas na I República (1921-1926)", *Vértice*, Lisboa, nº 56, Set.-Out. 1993, pp. 5-12. De salientar que depois do VII Congresso da UI Internacional onde participaram Bento Gonçalves, Fernando Quirino e José de Sousa em representação do Partido, no seu regresso foram presos. A acção do Partido era mal vista por Moscovo mostrando pouca confiança deste e um alinhamento internacional pouco consistente. Até 1940 o P.C.P. viveu sem organização eficiente nem influência apreciável nas massas trabalhadoras. Em 1941, o P.C.P. seria refundado por Bento Gonçalves, como que a querer anular um "antigo" P.C.P.

afasta outras que são vinculadas às noções de desvio, de imprevisto, de desordem, de turbulência, consideradas de "invulgares" ou "fora do comum". Estabelece-se, assim, um parâmetro de anormalidade onde toda a oposição a esta ordem estabelecida é má, anormal, e tem que ser rapidamente sanada. Daí que, recusando toda a instabilidade, todo o tipo de conflitos no seu quotidiano, o Estado Novo encontre as soluções através de um "saneamento da desordem", procurando afastar de si os elementos não enquadrados.

Assim, de forma omnisciente, organizou-se um "espírito": o de obedecer, o de não intervir, o de se conformar, o de aceitar a "ordem natural das coisas" — que o regime representava — o de ter a clara noção do perigo que significava reagir a tal forma de "viver habitualmente"⁽¹⁸⁾.

Entre os "prevaricadores", estão, claro está, os receptores da ideia do comunismo. O anticomunismo estado novista elaborará uma noção de Harmonia social, definindo os indivíduos que estão socialmente adaptados e resignados com o "espírito" aquiescente da Ordem, de que falámos, e aqueles que se situam à margem desse "espírito". Este quadro é profundamente negro, apresentando uma espécie de selectividade entre o que é *socialmente* desejável, definido pelo confronto com o que é *socialmente* criminoso, ou anti-social.

3. O "ser comunista" e o seu combate

O comunista é apresentado, geralmente, como um produto de um conjunto triste de circunstâncias e entre estas avulta a da incultura ou dessa cultura mal adquirida e pessimamente digerida que quase sempre estigmatiza o autodidacta. Mas, além, dessa caracterização do perfil cultural, atribui-se à ausência de princípios religiosos ou morais na sua educação, ou ao seu posterior atrofiamento, todo um resultado de anormalidade que fazem deles mutilados mentais descendo-os à treva do ateísmo⁽¹⁹⁾. Estes intelectuais, raramente, sentem ou compreendem a ideia nobre da

⁽¹⁸⁾ Fernando Rosas e outros, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 30.

⁽¹⁹⁾ Cf. Metzner Leone, *A ideia nova*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1938, pp. 108-111.

Pátria, levando os de melhor índole à incoerência de terem uma ideologia que é contra a família sendo eles próprios bons pais e bons maridos. Outros ainda, completamente desgraçados, precipitados na "abjecção do seu viver solitário e errante"⁽²⁰⁾ corporizam esta "atitude intelectual" da ideia comunista. Desgraça, rejeição, carências,...⁽²¹⁾. Toda uma série de adjectivação negativa envolve estes protagonistas. Há, pois, um sentido de discriminação social que os marginaliza de qualquer atitude intelectual "normal", "saudável".

Esta atitude de deformação intelectual compreende ainda outros desvios, nomeadamente, a tendência para o criticismo. Deles provém esse vício intelectual da oposição sistemática⁽²²⁾. É que, além, de serem elementos fragmentadores da unidade moral e da autoridade, deixam-se seduzir pela crítica que só reivindica o direito de negar, "isentando-se do dever de construir"⁽²³⁾, contra a harmonia social da ordem e do bem comum. Essa atitude sugere a quebra dessa cadeia de obediências e protecções mútuas onde assenta a coluna vertebral da sociedade salazarista. É que ao princípio da confiança se impõe uma lógica de suspeição e desconfiança hostil partindo a fraternidade implícita nas relações sociais. Daí que, a postura intelectual tenha que contribuir não só para o desenvolvimento, como para limar a diferenciação classista e diminuir os ódios daí suscitados⁽²⁴⁾. Contrariamente, o comunismo

ⁱ²⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 109.

⁽²¹⁾ Claro testemunho é-nos dado por Dutra Faria no seu livro *Diário de um intelectual comunista*, Lisboa, Edições Acção, p. 16 ss. Toda a sua situação é uma situação de tragédia. Cresceu órfão de pai e mãe e educou-se na ausência de afeições e no desconhecimento da miséria, duro e despreocupado. Esta deformação é, segundo o testemunho do autor, correspondente ao protótipo de um comunista. Para ele, o marxismo significava apenas "a possibilidade de amar e ser amado" (p. 17). A evidenciar, portanto, essa opção como resultante de uma fraqueza afectiva.

ⁱ²²⁾ Cf. Alberto Oliveira, *A gravidade da hora que passa*, Ponta Delgada, Diário dos Açores, 1937, pp. 1-9.

ⁱ²³⁾ Cf. Ploncard D'Assac, *O pensamento de Salazar*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1952.

⁽²⁴⁾ Em 1934 o jornal *O Século* iniciava uma militante campanha anticomunista. Em editorial de 13 de Março sob o título "A lepra bolchevista" faz a denúncia de que "os meios escolares portugueses estão infeccionados". Esta "infeção" do meio intelectual português não se compreendia já que "quem

postula, nas suas ditas atitudes intelectuais, uma profunda acção sofisticada revendo-se socialmente como uma negação de todos os valores adquiridos⁽²⁵⁾. Toda esta descrição deve ser enquadrada, claro está, num meio intelectual onde a instrução deve ser orientada num sentido "bem" português e católico procurando tornar inofensiva a propaganda comunista. Socialmente existem ainda os comunistas de "acção". Nestes podemos encontrar duas categorias entre os seus adeptos: os perversos e os enganados. Os primeiros estavam animados de um instinto secreto de revolução, de luta, de ódio e sobretudo de ambição. Estes são quase sempre os falhados da vida. Nas classes médias são os médicos e os advogados sem clientes, roídos de amargas desilusões, os que dissiparam o património herdado, os inadaptados, ou os que aspiram a mandar ou a enriquecer na nova ordem que de longe visionaram como própria aos seus fins egoístas⁽²⁶⁾. São esses desprotegidos da fortuna, dos simples e dos crédulos pelas miragens de riqueza e de uma abundância que miraculosamente lhes vai bater à porta sem trabalho, e à custa do trabalho dos outros.

Ao lado destes "perversos", etiquetados também de "desequilibrados mentais" e de "cobardes", surgem os "enganados", mormente da classe operária. A linguagem antibolchevista definiu-os como "os operários mais ignorantes, que os contemplativos — isto é, os comunistas — manejam com relativa facilidade em virtude da sua estupidez, mas também da sua inconsciência e desconhecimento daquilo que realmente é o comunismo"⁽²⁷⁾.

Essa ignorância caldeada com a ilusão são os fermentos de uma "miragem enganadora e falsa de uma abundância e de uma felicidade irrealizáveis sempre e especialmente sob o regime dos

ocupa posições de direcção, ou se prepara para vir a ocupá-las" não devia "deixar-se desvairar ao ponto de perfilhar ideias subversivas". O meio universitário assumia assim uma posição de responsabilidade tal, que era considerada uma posição de retaguarda na permeabilidade a essas ideias. Esta deveria ser, pois, a mais isenta dos manejos anti-patriotas".

p) Cf. Alves de Azevedo, *Problemas do século vinte*, Lisboa, Ed. Paulo Guedes, 1933.

⁽²⁶⁾ Cf. António Pinto Mesquita, *O comunismo e a plutocracia. Duas chagas num só corpo*, Porto, Litografia Nacional, 1937, pp. 10-35.

P) Metzner Leone, *ob. cit.*, p. 109.

soviets"(28). Estes iludidos têm também uma aspiração e um desejo de justiça social, de melhorar a classe operária que veem desprezada e oprimida. Estão motivados por um sentimento de responsabilidade social perante a miséria que observam no mundo e que querem remediar com toda a sua alma generosa e nobre. São também esses iludidos por uma dor profunda causada pelas chagas sociais e abusos capitalistas, que se julgam vítimas de uma vida de trabalho esgotante e mal retribuído(29).

Toda esta recepção surgiu assim com o comunismo, "com o seu programa enganador de justiça social, com o seu amor fingido ao operário, com a sua bandeira de redenção do proletariado e salvação do mundo, oferecendo o ideal a seus nobres impulsos e justas exigências"(30). Decididos e animosos entregam-se de corpo e alma ao comunismo.

Esses comunistas, no entanto, segundo os pressupostos do regime, acabarão por ver a atitude errada que tomaram, "pois a contínua e desconcertante oposição entre o ideal que sentem e a realidade que palpam suscitará de novo a crise moral"(31). Ou seja, toda as propostas comunistas são marcadas pela irrealidade, por objectivos fantasiosos, a que só os enganados e iludidos podem aderir, além de toda a má formação, isto é, dos egoísmos e ambições, que se colocam à margem da moral(32). No entanto, quando se aperceberem da "realidade", "volver-se-ão para a verdadeira luz do Evangelho, fonte perene de redenção, de justiça e de amor"(33).

A todos estes meios de que o comunismo se servia para avançar era necessário empregar uma forma de defesa e de combate. A melhor forma — diz-nos Metzner Leone — enquanto contidos no limite da Ordem, " é anular neles a acção de outros chamando- * 1

(28) *Idem, ibidem*, p. 109.

(29) Cf. João Carrascal, *Máscaras ou o comunismo entre bastidores*, Lisboa, Edição de Manuel de Campos, s.d., pp. 13-17.

(30) *Idem, ibidem*, pp. 14-15.

(31) *Idem, ibidem*, p. 15.

(32) Oliveira Salazar, *Antologia 1909-1966*, Coimbra, Coimbra Editora, 1966. Salazar designara-os de agentes activos e interessados, organizadores da desordem por inadaptação social, por instinto de revolta e por negócio..." (p. 279).

(33) Cf. João Carrascal, *ob. cit.*, p. 16.

os à realidade pelo paralelo constante entre as nossas e as suas doutrinas; é exercer sobre eles continuamente o efeito salutar dos factos e dos exemplos para que estes se sobreponham à espécie de curiosidade demoníaca que lhes inspiram esses sonhos vagos de poder, essa ambição reles de mandar — esse anseio de servidão⁽³⁴⁾.

Conhecendo o "inimigo"⁽³⁵⁾ o Estado Novo propõe-se a combatê-lo. A dificuldade está em reconhecer esse "inimigo", já que as reacções à sua volta são muito dispersas. Vejamos, rapidamente, como no tecido social surgem vários tipos de reacções ao fenómeno do comunismo. Começemos pelos chamados "conservadores". Estas pessoas, em geral, são hostis a qualquer inovação e por estrutura mental, ou por sentimento, ou por interesses criados, vêem com terror uma grande ameaça pairar no seu horizonte. Para esses o comunismo é em bloco, *a priori*, uma coisa monstruosa e absurda⁽³⁶⁾. E o seu nervosismo inspira-lhes ora um estado de verdadeiro pânico, ora um optimismo beatífico e obstinado que lhes mostra o comunismo em pleno crepúsculo e desfaz ante os seus olhos a visão terrível que uma Providência generosa dissolverá a tempo⁽³⁷⁾. Outras das reacções apontadas

(^M) Metzner Leone, *ob. cit.*, p. 110.

í³⁵) *Idem, ibidem*, p. 71. O autor insiste na necessidade de reconhecer-se o inimigo: "O inimigo reconhecido como tal é, pois, uma entidade que nos presta altos serviços no campo das ideias e das realizações". É que, "o inimigo — refere o autor — dá-nos plena consciência de nós próprios e a ciência exacta da nossa posição", (p. 70). Nesse sentido, ele é o "nosso melhor amigo, o nosso mais fiel cooperador" (p. 70).

í³⁶) Nessa linha ver Manuel da Silva Nogueira, *O melhor caminho. Opúsculo de vulgarização anti-comunista, defensor e aproximador das classes*, Porto, s.e., 1938. O autor defende nesta sua obra marcada pela ortodoxia nacionalista que o comunismo é um monstro. Vejamos este exemplo: "A fera comunista, ao pousar a sua pata perversa em terra povoada de gente humana, não se esquece nunca de espalhar sobre ela o terror, o crime e a desgraça" (p. 46). Na sua conclusão, uma atitude bem obstinada é marcada pelo seguinte conselho que o autor nos dá: "Não fumes nunca — e continua — Lembra-te de que o fumo é uma divisa comunista que os comunistas fizeram tomar incremento por certa conveniência própria; lembra-te de que o fumo prejudica [...] todos os órgãos que dirigem as tuas acções — e conclui — o fumo é um vício importado pelos selvagens e que, imitar o que os bárbaros têm de ridículo, não é ser civilizado" (p. 64).

(³⁷) Cf. João Ameal, *No limiar da idade nova*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 6.

relacionam-se com o que rotulamos de "snobs". Estes, que julgam excitante cultivar o perigo, "certos 'snobs' que gostam de aparentar superioridade intelectual"³⁸). Essa "atitude das ideias arrojadas que causam medo e admiração aos 'pobres homens' que nós somos"⁽³⁹⁾, como referia Salazar.

A reacção maioritária reflecte-se nas "inteligências moças", que sentem com acuidade, a sombra, que se projecta sobre os seus destinos e a quem repugna, por instinto, uma doutrina que subverte por completo as regras morais em que se formaram, "rompe os laços de sangue e de tradição, escraviza os homens imolando-os ao Estado onnipotente e alimenta-se de massacres, de escombros..."⁽⁴⁰⁾. Estes são, no entanto, inimigos espontâneos do comunismo e não conhecem, em geral, os fundamentos do Evangelho Soviético obedecendo mais a um reflexo do que a uma oposição racionada.

É, pois, no intuito de os esclarecer, de os ajudar a transformar o seu instinto em consciência, de lhes dar uma noção clara e rápida do comunismo, de lhes fornecer armas para a luta que se impunha esclarecer esta camada da população, que o Estado Novo profetizava como uma geração mais pura, filha, mas não herdeira, de uma geração burguesa contaminada pelos vícios do demoparlamentarismo⁽⁴¹⁾.

3.1. A acção e a prática: os valores cristãos no combate anticomunista

O anticomunismo estado novista tem, sobretudo, a função de erigir barreiras ideológicas contra o avanço das ideias do marxismo-leninismo. Uma das estratégias foi precisamente colocar o comunismo como a "grande heresia" do nosso tempo, como definia Salazar. Heresia essa quase sempre apresentada como doutrina essencialmente económica mas "de impossível adaptação à economia complexa dos povos civilizados"⁽⁴²⁾. Havia, pois, que a desacreditar apresentando-a como uma teoria que teria esgotado a

(©) *Idem, ibidem* p. 7.

(³⁸) Esta noção de "pobres homens" evidencia apenas o poço de virtuosismo contido no "nosso" povo.

ⁱ⁴⁰) João Ameal, *ob. cit.*, p. 8.

(⁴¹) *Idem, ibidem*, p. 9.

ⁱ⁴²) Oliveira Salazar, *ob. cit.*, p. 278.

sua vitalidade, como uma utopia e como um mito social. Desvirtuar o conceito de classe, bem como as noções de "luta de classe", "Revolução" e "Ditadura do proletariado" são algumas das teclas mais batidas na erosão da ideologia comunista.

Vejam, então, como se discutiu ideologicamente o comunismo. Ao comentário frequente — *o comunismo é muito bonito na teoria, mas na prática não dá nada* — a óptica antimarxista do Estado Novo pretendeu demonstrar que na teoria, também, *não dava nada*. Daí que fosse necessário encará-lo não só como uma ideologia, com os seus pensadores, os seus adeptos, os seus propagandistas, mas como uma realidade europeia. Era preciso contar com ele, o que acabava por levantar um exame de consciência "ocidental", como um dever absoluto e inadiável para que fosse "ideologicamente" rejeitado pelas consciências nacionais.

Um dos ideólogos do regime — João Ameal — escreve em 1934 que o comunismo propunha uma série de soluções aos graves enigmas da vida moderna além de representar um ponto de vista original e de supor uma doutrina metafísica⁽⁴³⁾. Só que essa doutrina representava "a negação de todos os valores religiosos, éticos, políticos, sociais, sobre quem tem sido alicerçada a nossa civilização"⁽⁴⁴⁾.

Lutar contra o comunismo implicava, pois, encará-lo não apenas como uma força, mas como um ideal — susceptível de captar os espíritos mais simplistas de operários sequiosos de justiça, arrastando-os por mero idealismo, para a luta e para o ódio de classe. Outro ideólogo do Estado Novo — Fezas Vital — alertava que não seria correcto ver "nesta heresia um mero caso de polícia, que a força só por si resolverá; não a diminuamos, convictos de que, reduzindo-lhe o valor perante nós próprios, a deslustraremos também perante os outros"⁽⁴⁵⁾. Era, pois, uma nova concepção do mundo e do homem cuja problemática deveria ser equacionada em moldes revolucionários e materialistas. Daí que, a eficácia desta luta se concentrasse na "desconstrução" do edifício ideológico do marxismo que, apostando no seu idealismo, afirmava-se logo

⁽⁴³⁾ Cf. João Ameal, *ob. cit.*, p. 5.

⁽⁴⁴⁾ *Idem, ibidem*, p. 6.

⁽⁴⁵⁾ Fezas Vital, "Féresias politico-sociais do nosso tempo", *Ocidente*, vol. 1, n° 3, Mar. 1938, pp. 351-356.

contraditório à nascença. É que a originalidade de um "materialismo" no espírito humano era impossível perante a concepção cristã que postulava a imaterialidade desse mesmo "espírito". Esse seria o "erro essencial do marxismo", que por si só, não impedia que a ideologia comunista pudesse funcionar como "ideia-força, agente de destruição"⁽⁴⁶⁾.

Assim, o marxismo podia "funcionar" como uma concepção filosófica integral, que aos problemas ônticos, gnosiológicos e deontológicos dava uma solução diversa, mas quando não oposta à solução católica. Ao materialismo da primeira, a concepção cristã respondia com o seu espiritualismo. E a um nível filosófico tudo se resumia no mais puro antagonismo; Para o comunismo-marxista, o *real* e o *material* confundiam-se. Aos dualismos cristãos: Deus-Universo, Espírito-Matéria, Alma-Corpo, opunha-se o monismo materialista: tudo é *matéria* ou produto seu, e as ideias mais não eram que epifenómenos, derivações da própria *matéria*. Ora o cristianismo nega que a matéria seja a única verdadeira realidade como nega que só a ideia o seja: no mundo real há espírito e matéria com o primado do primeiro. Daí que, o Estado Novo ao postular uma revolução com um sentido restauracionista se tenha fixado num esquema espiritual que representasse essas referências filosófico-ideológicas do cristianismo.

Salazar sem pretender assumir qualquer atitude clerical insistiu na sua convicção de defender a "civilização cristã e ocidental", e de criar um Estado bem apetrechado para tal fim. Só assim se evitaria a subversão de uma civilização secular que era "o orgulho da humanidade"⁽⁴⁷⁾. Os seus discursos evidenciam já essa intenção nos começos da década de trinta, e por diversas vezes, apresenta-se como um profeta das tragédias do mundo, que atribuía ao abandono, pelos dirigentes políticos do mundo ocidental, dos autênticos valores da civilização do Ocidente e pela sua rendição às forças do mal. Estas forças resumiam-se, claro está, no comunismo. Deste modo o Estado Novo procurou assumir o papel de uma nova cruzada⁽⁴⁸⁾, face à falência de um mundo, que à boa

⁽⁴⁶⁾ *Idem, ibidem*, p. 351.

⁽⁴⁷⁾ *O Século*, 24 Abr. 1934.

⁽⁴⁸⁾ Ver João Ameal, *ob. cit.*. Na introdução deste seu ensaio premiado pelo Estado Novo, o autor propõe o reatar da jornada medieval. É urgente, diz-nos

maneira spengleriana, tinha como um dos seus "cancros" o comunismo e o seu materialismo. A humanidade sente-se como que oprimida sob a "mole imensa de materialismo que a envolve e lhe tolhe os movimentos", argumenta Serrano Baptista⁽⁴⁹⁾. Nesta acepção cruzadística havia que libertar o espírito humano do jugo da matéria. Mas esta libertação não será possível enquanto "a humanidade se obstinar em fechar os ouvidos ao apelo supremo da Igreja de Cristo, que pela voz dos seus chefes não cessa de pregar a cruzada contra o comunismo, inimigo declarado da Santa Igreja e do próprio Deus"⁽⁵⁰⁾. O Estado Novo tinha, assim, que corporizar, também, um "novo homem" com a "obrigação" de quebrar as correntes que o amarravam a essa "rocha negra das paixões desenfreadas"⁽⁵¹⁾.

Toda esta luta anticomunista concentrava-se na necessidade de o tal "homem novo", esse cruzado dos novos tempos, fortalecer interiormente. Este era o objectivo. Isto é, só pela reconquista do Espírito Humano se poderia fazer frente nessa batalha, que longa e difícil como se adivinhava, dependia não da força, mas de uma permanente aceitação mental, logo interior e ideológica, de uma prática quotidiana defensiva, vigilante, obsessiva e sistemática. Mais do que proteger a doutrina política de Salazar tratava-se de defender a "Nação Salazarista".

3.2. A teoria da "bengala" e o "imperialismo operário"

Um dos "antídotos" encontrados pelo Salazarismo, nesta luta, colheu-se de uma das suas raízes doutrinárias — a doutrina social da Igreja. Daí que, o corporativismo tenha ido beber nas concepções da democracia-cristã a justificação ético-política da colaboração de classes, distanciando-se quer da posição marxista da luta de classes, quer da fragmentação do individualismo económico-liberal⁽⁵²⁾.

"ir buscar à cristandade medieva, o esquema espiritual dos novos tempos" (p. XV).

⁽⁴⁹⁾ Serrano Baptista, *Nova cruzada (o ataque vermelho)*, s.l., s.e., s.d., p. 41.

⁽⁵⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 42.

⁽⁵¹⁾ *Idem, ibidem*, p. 41.

⁽⁵²⁾ Cf. Luís Reis Torgal, *Historia e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, p. 172.

A própria posição marxista não deixava de ser enquadrada como uma reacção ao demo-liberalismo político e económico onde as classes viviam num "incessante conflito que alentava a monstruosa utopia do sistema comunista, em que para evitar a opressão do capital sobre o trabalho, se prometia a opressão inversa, do trabalho sobre o capital"⁽⁵³⁾. Assim, provocada pelo capitalismo, a luta de classes mais não era que um mito criminoso e fratricida já que erguia um contra o outro os dois elementos fundamentais e complementares da produção. Ora, esse desequilíbrio seria corrigido pela concepção corporativista que buscava uma harmonização de interesses numa sociedade que se desejava ordeira, consensual e interdependente. Havia, pois, que responsabilizar as engrenagens partidárias e parlamentares da demo-plutocracia — argumentava João Ameal — pela formação das Internacionais operárias, que fazem propaganda à abolição das fronteiras e incitam à divisão de classes pelo grito unificador de uma delas para a luta: "Proletários de todo o mundo — uni-vos!"⁽⁵⁴⁾.

Daí que, Marx fosse considerado, como vimos anteriormente, como um campeão de um novo "espiritualismo" mas que se mantinha dentro de um clima acentuadamente material, "buscando mesmo as suas armas no campo do sub-consciente instintivo e não nas altas regiões da consciência liberta"⁽⁵⁵⁾. Ou seja, longe de se tratar de uma criação a doutrina de Marx tinha as suas raízes bem fundas em plena era burguesa. Neste sentido, sendo o comunismo uma pura reacção ao demo-liberalismo e às injustiças sociais daí provocadas não causava nenhuma surpresa que o ideal por ele apontado às massas proletárias fosse o ideal burguês invertido. Assim os vencidos de amanhã serão todos os favorecidos de hoje. Esta situação era bem ilustrada pelo discurso da bengala de Epinoff⁽⁵⁶⁾: "[...] camaradas, vêem esta bengala? Ela conta a história da revolução russa. Antes da revolução o país era governado pelos aristocratas que eu represento pelo cabo da bengala. No meio

(53) João Ameal, *A construção do novo Estado*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1938, p. 55.

⁽⁵⁴⁾ Cf. *Idem, ibidem*, p. 55.

(55) João Ameal, *No limiar da idade nova*, p. 26.

(56) Foi um dos mártires da Revolução Russa muito citado em textos anticomunistas. Vide Armando Candido, *Corporativismo-Comunismo. Frente a frente*, Ponta Delgada, Papelaria Ambar, 1937, pp. 8-9.

ficaram os operários e os camponeses. [...] A revolução está feita, camaradas: os aristocratas estão em baixo, os forçados em cima e nós, operários e camponeses, no mesmo lugar!".

Este exemplo procura anular qualquer novidade na sociedade comunista no sentido de melhorar as injustiças sociais do proletariado. Ao fazer uma crítica do mundo que deparava à sua frente, o autor do *Das Kapital* "substituiu, imaginariamente, os algozes pelas vítimas e as vítimas pelos algozes"⁽⁵⁷⁾, e operou, em última análise, uma simples inversão social, cujos resultados eram ilustrados pelos horrores da ditadura estalinista.

Uma das mais insistentes críticas tratava a questão do poder do proletariado durante a Ditadura. Segundo a teleologia marxista dar-se-ia uma fase de transição até se impor a sociedade comunista perfeita, em que todas as classes terão sido abolidas, em que já não existirá a exploração do homem pelo homem, em que todos serão iguais. Para os críticos tal preposição não passava de uma ilusão, já que, procurava-se, simplesmente, insuflar "uma vontade de poder" ao proletariado ao ponto de se projectarem a partir daí os maiores despotismos e todas as opressões. O que aqui se operava era apenas o "aburguesamento" integral de todos os proletários criando no ideário anticomunista uma antinomia substantivada no "roubar" o poder à classe burguesa. Surgiam, assim, dois arquétipos no dualismo social marxista: o arquétipo do burguês e o arquétipo do proletariado, ambos ideais, ambos extremos recordando o princípio do bem e do mal dos maniqueístas⁽⁵⁸⁾.

Formadas estas imagens seria apenas necessário apresentar como suprema visão "emancipadora" e "redentora" a futura soberania dos expoliados, uma vez libertados por uma providência imanente. Esta libertação — revolucionária, entenda-se — só era possível devido à escatologia comunista. Esta seria apoiada, na essência, por uma visão messiânica da evolução do mundo, intelectualmente, sobre profecias dogmáticas e, no plano moral, sobre aspirações de mero carácter materialista. Desta forma, este dualismo devia ser vencido pelo proletariado ao qual Marx empresta uma espécie de vocação messiânica revestido de todos os caracteres do povo eleito por Deus⁽⁵⁹⁾. É que a própria Ditadura do *I

⁽⁵⁷⁾ João Ameal, *No limiar da idade nova*, p. 38.

⁽⁵⁸⁾ Vide José Rolim, *ob. cit.*, p 298.

^(æ) *Idem, ibidem*, p. 298.

Proletariado personificava o último bem a que o marxista pode aspirar e pelo qual deve bater-se com todo o heroísmo e espírito de sacrifício. Daqui podia-se facilmente concluir que tudo o que favorecia esta finalidade era bom e justo. Esta seria, pois, uma nova moralidade que o marxismo firmemente pregava e realizava. Assim, como uma seita religiosa os anticomunistas descreviam o "messianismo do proletariado". Havia aqui uma divinização do proletário, ou melhor uma proletarização do divino, como nos refere João Ameal⁽⁶⁰⁾, que era necessário contrariar. Para estes, Marx conferia à classe, como "classe", um virtuosismo exagerado. Há nelas, como em todas as classes, o bem e o mal, o vício e a virtude. Neste sentido, a ideia de fraternidade implícita por Marx ao proletariado cai por terra sob o argumento da sua conflituosidade natural, inerente, a esse grupo que, "por ser mais numerosa está por isso mais contaminada"⁽⁶¹⁾.

Segundo o ideário anticomunista este "messianismo do proletariado" teve o seu caminho bem escurecido pela arbitrariedade e integral "proletariocracia"⁽⁶²⁾. De Marx a Stalin verificou-se a distância curta da ideia-força à tirania-facto⁽⁶³⁾.

Todo este culto absoluto do proletariado — uma espécie de "proletarioteísmo"⁽⁶⁴⁾ — atingia as raias da idolatria social. Assim, os valores sociais relativos eram, como que, absolutizados. O homem com a sua expressão autónoma, com o seu destino singular, com a sua alma livre, como se erigia aos olhos do Estado Novo, desapareceria no vasto anonimato do rebanho passivo. Era o colectivismo integral. Marcelo Caetano afirmaria mesmo que foi o marxismo que construiu o conceito do homem colectivo. Só que a este, privado de conteúdo espiritual, restavam-lhe, apenas, as preocupações materiais⁽⁶⁵⁾.

Não podia, pois, haver esperança de conciliação quer no campo doutrinário quer na actuação social. Essencialmente, o comunismo era mau. Daí que, uma posição maniqueísta se

(60) *ver* João Ameal, *No limiar da idade nova*, p. 38.

(61) *Idem, ibidem*, p. 37.

(62) *Idem, ibidem*, p. 42.

(63) *Cf. Idem, ibidem*, p. 42.

(64) *Idem, ibidem*, p. 53.

(65) *Cf. Marcello Caetano, Princípios e definições. Textos de 1936 a 1967*, Lisboa, Ed. Panorama, 1969, p. 29

impusesse. Os indivíduos tinham apenas duas opções: ou aceitavam o comunismo ou o rejeitavam em bloco.

4. A Propaganda: o exemplo da novela de Tomé Vieira *Conspiração*

Prosseguir a "Revolução Nacional" implicava objectivos novos e contrários, isto é, alcançar uma estabilidade e uma harmonia duradoura. A partir daí uma multiplicação e generalização de ideias passam por instrumentos operativos diversos que gradualmente iriam ser monopolizados pelo ideário do novo poder. Houve toda uma mobilização promovida directa ou indirectamente pelo Secretariado de Propaganda Nacional no qual se insere uma vasta e diversa literatura anticomunista. O que nos interessa, por agora, é assinalar esse facto.

Na construção da "Nação Salazarista" encontramos um desses testemunhos na novela política do escritor e jornalista Tomé Vieira *Conspiração*. Não sendo um autor da primeira linha do regime toda a sua contribuição literária e jornalística enquadra-se nessas posições gradualmente estabelecidas pelo ideário estado novista⁽⁶⁶⁾. Salazarista desde a primeira hora esboça duas importantes linhas de explanação do seu anticomunismo; por um lado prende-se na recuperação das referências político-sociais da doutrina social da Igreja e da sua contribuição na altura, e por outro segue uma orientação um tanto ou quanto radical de fazer uma interligação do movimento marxista ao movimento maçónico. Ou seja, por um lado argumenta toda a sua compreensão do marxismo no conceito clássico de que este é uma mera reacção ao "capitalismo opressor", contrário à ideia da luta de classes que segundo ele: "surgida da doutrina liberal e democrática não foi só uma luta entre capital e

⁽⁶⁶⁾ Do autor encontramos uma obra literária bastante rica e vasta. Escritor e jornalista, a sua produção compreende desde romances históricos e policiais a crónicas e reportagens jornalísticas, peças de teatro, ensaios e crítica. É de salientar obras marcadamente anticomunistas como: *Espanha. Prólogo da guerra futura*, S.I., s.e., s.d.; *Cinco meses em Espanha e cinco dias em Portugal*, Lisboa, Império, 1936; *Nasceu o dia*, Porto, s.e., 1938; *As forças secretas que dirigem a guerra*, Lisboa, s.e., 1941; *A questão social*, Lisboa, s.e., 1943 e um folheto que retoma uma série opiniões sobre o período da Ditadura Militar: *A "corja" e a ditadura*, Lisboa, s.e., 1945.

trabalho — foi também uma luta entre os próprios trabalhadores", portanto, nada conciliadora. Por outro condena o internacionalismo comunista relacionando-o como "mais um instrumento do poder judaico na conquista do Toder Supremo Mundial".

É também a compreensão do autor pelos acontecimentos no país onde por vezes a sua "voz" se faz "ouvir", que temos espelhada na acção descrita pela novela. Esta obra literária valorizada pela caracterização ficcional de um período histórico acaba por revelar, não só um determinado estilo literário mas, uma vertente da campanha anticomunista tornando-se emblemática de uma propaganda "não oficial", apesar de perfeitamente "oficiosa".

Iremos, pois, sumarizando com um simplismo próprio às dimensões deste artigo, isolar artificialmente da sua estrutura apenas os aspectos que, relativamente, considerámos mais preciosos para a articulação da obra, enquanto labor nacionalista. Assim, veremos como esta doutrina salvadora despoja, quer as soluções do demo-parlamentarismo político, quer as propostas do comunismo, ambas, no seu presente condenadas a práticas marginais. Encontrada a solução política para o país, esta novela traça-nos um ideal da "nação salazarista" que espelha todo o seu brilho ruralista.

Vejamos em breve *sinopsis* o seu enredo:

A acção desloca-se, essencialmente, entre a cidade de Lisboa — lugar da conspiração — e a aldeia de Monte Real — próximo de Leiria — onde vamos encontrar duas famílias; a do Sr. Alves e a do Sr. João Duarte. A sua temática central gira em torno do confronto com o Estado Novo de duas correntes: a demo-liberal, herdeira da I República, que procura de volta o *seu* poder; e a comunista, com o seu programa de subversão de todo o sistema político existente. Na busca destes objectivos ambas procurarão formar uma aparente aliança durante uma conspiração projectada para derrubar a Ditadura, mas sem "compromissos reais" uma para com a outra, logo que chegue o momento da vitória.

No meio desta trama surgem dois cenários complementares um do outro: em Monte Real, as famílias do Sr. Alves e do Sr. João Duarte estão desavindas por causa da política — situação herdada do tempo da I República; em Lisboa, Carlos Duarte, estudante de direito, é um jovem comunista que integrado no plano conspiratório desfraldará uma bandeira vermelha durante uma greve académica e será preso pelas autoridades.

Carlos, abandonado na prisão do Aljube pelos seus camaradas revolucionários, recebe so a visita de Marília de Sousa, uma jovem nacionalista e sua colega de curso. Esta procura fazer com que ele desista das suas ideias subversivas e nesse intento recorre à ajuda de seu pai, o Senador Braz de Sousa, um burguês democrata, que também faz parte da suposta conspiração. Marília luta como filha e como mulher pela redenção dos dois homens de que gosta, seu pai e Carlos, procurando fazer com ambos "desistam dessas coisas da política"⁽⁶⁷⁾. No final Carlos, assim como o Senador, acaba por se converter ao ideal da jovem.

Em Monte Real, enquanto isso, processa-se uma mudança. De aldeia desprezada no tempo da República, que tinha na Igreja em ruínas e na falta de um professor na escola primária os símbolos do seu abandono, ela passa a ser um lugar de respeito devido à Ditadura e ao Estado Novo que lhes solucionam os problemas e lhes restituem a dignidade perdida. Não só o povo poderá celebrar um matrimónio na Igreja matriz reconstruída⁽⁶⁸⁾, como a chegada de um professor, Anibal da Fonseca, simbolizará não só o anseio de educação daquela povoação, como em torno da sua figura e da Igreja restaurada, se unirão as famílias desavindas de Monte Real, que aqui tratamos.

Com um ritmo temporal bastante rápido, esta novela propõe-se descrever uma atmosfera político-social que é contemporânea ao período de instauração do Estado Novo. A informação sobre o tempo da história é muito escassa. Apenas sabemos que se inicia no período anterior à Revolução do 28 de Maio de 1926, atravessa o período da Ditadura Militar, e fecha com um epílogo em 1935, portanto, já em pleno Estado Novo.

Podemos, no entanto, observar que o dinamismo da acção está em perfeita sintonia com o dinamismo histórico do período da Ditadura Militar. Este é um período de libertação definitiva com as possíveis heranças da I República ainda presentes. Considerado como um período de transição e de preparação do que viria a ser a * I

(67) Tomé Vieira, *A Conspiração*, pp. 81-97.

(68) A história não nos conta directamente que a Igreja foi reconstruída, mas aquando do casamento festejado na aldeia, essa celebração é feita não mais na Ermida de Santa Isabel, pequena capela que substituíra o culto da Igreja matriz em ruínas, mas na Igreja. A acompanhar esta conclusão está o registo do progresso que se verificara na aldeia durante a Ditadura.

institucionalização do Estado Novo é um tempo ainda aberto a ideias de "contra-revolução", onde as oposições se procurarão impor. Esta imagem de uma conspiração é, pois, perfeitamente legítima e consentânea com os sentimentos oposicionistas ainda existentes⁽⁶⁹⁾. Na novela não existe uma condenação *a priori* da existência desses sentimentos até porque eles ainda estão incrustados na sociedade histórica de então. Quando chegamos a 1935, altura em que o autor encerra a acção, o que se passa é que praticamente os conspiradores de outrora já não o são mais. Está gerada a harmonia e o consenso em volta do ideário do Estado Novo e a partir daqui o *leit-motiv* da novela — a conspiração — não tem mais justificação "histórica". Daí que tenha que terminar.

Vejamos agora como, paralelamente à evolução temporal, existe uma evolução político-social materializada numa série de acontecimentos. Assim, antes da Revolução de 1926, a aldeia desse período é-nos descrita pelo desprezo dos poderes públicos centrais⁽⁷⁰⁾, que só se lembram destas gentes em tempos de eleições onde a rivalidade dos partidos se resume num desesperante caciquismo político. Outros elementos complementares prendem-se à imagem da igreja matriz em ruínas, à ausência de um professor na escola primária local, ou ainda à divisão das famílias do Sr. Alves e do Sr. João Duarte, estritamente por "causa da política".

Com a Revolução tudo se modificará. Tinha acabado essa grande "pouca vergonha", como descrevia o Sr. Alves, manifestando com o povo de Monte Real grande satisfação pela vitória dessa rebelião militar tão pacífica⁽⁷¹⁾. Com o passar dos anos o país atingira uma situação política modelar. A obra do Estado Novo e de Salazar, como chefe da nação, é-nos materializada através de

(69) A constituição de 1933 foi ela própria um resultado de compromisso entre as mais diversas componentes e tendências do Movimento do 28 de Maio. Ou seja, o culminar de um processo de instabilidade que não acabara em 1926 mas só a partir de 1933. Cf. Jorge Campinos, *O presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1978, p. 25 ss.

(70) Confirmando esta ideia diz-nos o autor: "a aldeia (ou será a nação?) estava envolvida num cerrado nevoeiro" T. Vieira, *ob. cit.*, p. 1.

(71) O Esta teve um imediato apoio popular e nacional. A conclusão só podia ser esta: "quando uma revolução vencera, assim, aqueles que governavam o país, era porque a nação inteira estava contra o governo" (*Idem, ibidem*, p. 23).

um rol de novas edificações e de elogios vincadamente nacionalistas⁽⁷²⁾.

Nesta realidade, tão consensual entre o povo, surgirá o *leit-motiv* desta pequena história: uma conspiração fracassada e a conversão dos conjurados face ao nacionalismo redentor do salazarismo e à sua concepção católica integrista onde genericamente os "filhos pródigos" acabam por regressar à casa dos pais. À semelhança da parábola bíblica uma grande lição de perdão e de bondade excelsa repetir-se-á. O Estado Novo, salvífico e bom, abrirá os braços aos arrependidos, aos convertidos à *sua* realidade. Esta ideia de perdão assenta no facto de que os indivíduos são convertíveis aqui expresso num paganismo político, que tem como redentor o Estado Novo. Este assume, também, uma acepção paternalista quando, como um pai, procura a obediência dos seus filhos — o povo — para um bom governo da casa — ou seja, da Nação⁽⁷³⁾.

O jovem Carlos Duarte é um desses "filhos pródigos". Sobre ele regista-se todo o fio de acção da história. Natural da aldeia de Monte Real é um estudante de direito na Universidade de Lisboa. Aí, na chamada família académica havia duas correntes bastante pronunciadas: a comunista e a nacionalista⁽⁷⁴⁾. Gerada uma greve com "objectivos políticos", Carlos desfraldará uma bandeira vermelha, símbolo da sua doutrina, e será preso pelas autoridades. Posto isto, Carlos sofrerá um processo de verdadeira recuperação político-ideológica que se inicia logo com a sua prisão. Mas, se era politicamente um marginal, "um elemento perigoso à ordem social"⁽⁷⁵⁾, era, também, por natureza, um rapaz bom, "decidido,

(72) Uma vida nova começara e tal era bem expresso numa série de acontecimentos: a vinda do professor há tantos anos esperada; a escola arranjada; as estradas magníficas; os trabalhos de grande envergadura: portos, estradas, bairros económicos, navios de guerra, edifícios públicos, etc. Cf. *Idem, ibidem*, p. 69.

(73) Tomé Vieira, *ob. cit.*. Ver página 70: "[...] mal comparado, a nação deve ser uma coisa assim como uma casa onde há muitos filhos e o pai tem de dar ordem à vida para a todos criar".

(74) *Idem, ibidem*, pp. 57-58.

(75) *Idem, ibidem*, p. 72.

leal, sincero, e valoroso"⁽⁷⁶⁾. A estas qualidades junta-se-lhe a companhia e o apoio da sua colega de curso Marília de Sousa, que nos surge a representar a bondade política do salazarismo, sublinhada através da sua atitude, ora subtil e diplomata, ora submissa e voluntariosa. Jovem nacionalista preenche as qualidades da resignação, do conformismo de uma juventude que, segundo o texto não se sente ainda merecedora de intervir politicamente. Como dirá Carlos meio-convertido: "É preciso demonstrar que sabemos o que somos e é preciso provar que procedemos como pensamos"⁽⁷⁷⁾. Toda a conversão de Carlos é inseparável da presença de Marília. Esta é a sua única colega a prestar-lhe solidariedade. Os seus camaradas tinham-no abandonado. Preso e só, Carlos não era o revoltado que era em liberdade, aí passou a meditar no seu gesto e nas suas ideias. O isolamento funcionava de um modo terapêutico⁽⁷⁸⁾. Quando Carlos é libertado é já um homem diferente.

Regressado ao puro ar do campo Carlos materializa a sua reabilitação. Reage revoltado ao conhecimento de abuso por parte de ex-camaradas seus em relação ao dinheiro de seu pai. E chegado à Universidade é um novo estudante, era "mais homem, tinham despertado nele as noções dos deveres e dos direitos e os princípios da responsabilidade. Nem só os anos dão esta experiência; os gestos irreflectidos, as atitudes tomadas sem a devida ponderação servem para que tenhamos um sentido mais exacto das coisas e dos homens"⁽⁷⁹⁾ caracteriza o autor. Apercebia-se agora da diferença entre um revoltado e um revolucionário, entre aquele que está sempre contra tudo e entre "aquele que dia a dia, hora a hora acompanha a evolução das coisas e dessa evolução tira o melhor proveito em benefício colectivo"⁽⁸⁰⁾. Contra a divisão do mundo * 1

(76) *Idem, ibidem*, p. 60.

177) *Idem, ibidem*, p. 114. Deve caber aos estudantes apenas a preparação da sua vida profissional. Só iniciada esta "devemos considerar-nos elementos activos da nação" argumenta convicta Marília de Sousa perante seu pai (p. 82.)

178) Carlos dirá numa atitude de auto-penitência: " — Sei lá! Às vezes tenho a impressão de que me fez bem vir para aqui. Se soubesse como se aprende a conhecer o mundo, enclausurado o corpo numas paredes nuas ..." (*Idem, ibidem*, P-119).

179) *Idem, ibidem*, p. 137.

180) *Idem, ibidem*, p. 138.

em duas categorias opostas de burgueses e de proletários postulada pela doutrina marxista em reacção às injustiças sociais da democracia liberal surgia a doutrina corporativa, essa realidade "que muitos supõem ser um sonho"⁽⁸¹⁾. E Carlos prosseguia cada vez mais interessado nas suas leituras: "Dentro da actual solução corporativa o problema resolve-se sem mentiras, sem ódios e sem revoltas. Acabou a luta de classes que foi substituída pela colaboração dos elementos que constituem valores iguais: o capital e o trabalho". E prossegue, "estes constituem riqueza idêntica, tanto vale um como o outro. São elementos de cooperação, não são inimigos. O Estado português não é burguês como não é proletário"⁽⁸²⁾. Agora rejeitando a sua doutrina política inicial "que era feita de paixões", Carlos é um nacionalista e toda a sua argumentação escarpeliza a do senador — o democrata — no tão esperado encontro entre ambos preparado por Marília. Diz o estudante convicto: "eu não defendo a política do comunismo russo. Acho que o comunismo faliu estrondosamente com a experiência russa. Somente por isso, bemdigo o bolchevismo. Ele veio mostrar a todos nós, àqueles que lutam por uma melhor sociedade, que a revolução social não pode ser feita pelo figurino russo"⁽⁸³⁾. E aponta o caminho: "Sem guerras entre as classes que constituem a sociedade [...] sou pelos governos que entre o capital e o trabalho estabelecem o entendimento"⁽⁸⁴⁾.

As suas leituras, a amizade de Marília, o isolamento, o abandono dos seus camaradas e o confronto com a realidade do país tinham-no transformado. A sua conversão não é, porém, exclusivamente político-ideológica, este também se converterá ao amor de Marília premiando assim todo voluntarismo e a generosidade desta personagem que acaba por representar a "Situação". Ela sai como que de dentro para gerir o comportamento

⁽⁸¹⁾ *Idem, ibidem*, p. 141.

⁽⁸²⁾ *Idem, ibidem*, pp. 143-144.

⁽⁸³⁾ *Idem, ibidem*, p. 155.

^(M) *Idem, ibidem*, pp. 156-157. Sobre o governo da altura Carlos remata: "Defendo uma sociedade mais justa. Se isto é ser defensor da política actual, creia que não fui eu quem aderiu a essa política. Naturalmente foi a experiência que levou os homens do governo a ir ao encontro daqueles que tão abandonados estiveram por parte dum sistema que não deu à nação uma única lei de carácter social" (p. 158).

marginal dos conspiradores aqui centrados em Carlos e o Senador Braz de Sousa. Ela será, como disse, "a pomba da paz", a "verdade", a "concordia", entre aquelas figuras desviadas, procurando a salvação de ambos. Deve-se dizer que além dos argumentos político-ideológicos utilizados por Marília — enquanto jovem nacionalista — a sua condição de mulher e de filha fez-se sentir, mais uma vez a sublinhar a ligação família-nação, na ideologia salazarista ⁽⁸⁵⁾.

Mas concentremo-nos na afronta desta conspiração.

A forma modelar como o país é apresentado, apenas vem retirar o carácter de possibilidade e de sucesso aos objectivos conspiratórios, que, por si só, contêm o gérmen do fracasso. É que a ideia de constituir urna frente de democratas e comunistas coligados contra a Ditadura⁽⁸⁶⁾ trazia consigo o vírus da traição, quer de um lado quer do outro. Isto é, para os democratas a questão era aproveitarem-se dos comunistas para a revolução. Para estes a sua vitória estava em saber aproveitar o "momento"⁽⁸⁷⁾. Ambos eram desonestos nas suas propostas de aliança. Esta fraqueza seria aproveitada pelo sentido convergente e unificador do salazarismo que anulava qualquer das duas propostas. Daí que, ambas fossem descritas pela sua podridão: do pluripartidarismo demo-liberal

⁽⁸⁵⁾ Sobre este aspecto vejamos esta passagem: "Se um filho não esquece a mãe, se nunca a deixa de amar, também não há português algum capaz de esquecer a sua terra, que não tenha no coração o amor à sua Pátria" (*Idem, ibidem*, p. 132).

⁽⁸⁶⁾ Não se distanciando aqui da ideia de Dimitrov e das frentes antifascistas, que viriam a ser projectadas na III Internacional e no interior dos partidos de esquerda europeus. Sobre esta aliança o autor descreve assim a situação do lado "democrático": "Antes viviam de ódios, de guerras, vinganças, entre homens da mesma pátria, agora reuniam-se para lutar contra a Ditadura. Aí houve abraços, reconciliações, palavras de entusiasmo e fé pelo regresso ao passado" (p. 74).

⁽⁸⁷⁾ *Idem, ibidem*, p. 77. Para os democratas alcançada a vitória a revolução daria cabo deles (dos comunistas). Os comunistas depois de aproveitar o "momento" defendiam que "não viessem depois com palavras de paz ou de piedade. O programa era destruir, era criar o pânico, o terror. O comunismo só podia vencer se não poupasse os políticos de hoje e de ontem. Não se admirassem, por isso, se muitos dos aliados baqueassem antes, até, dos outros..." (p. 78).

estava a nação cansada. Os partidos representavam um cancro que minava o corpo da Nação e que ela tinha que extirpar. Esse cansaço justificava o abandono pelo povo dessa opção, "para não alimentar um passado político cuja história sem grandeza nem beleza vivia na memória de todos"⁽⁸⁸⁾. Outra das propostas condenadas era o bolchevismo totalitário o qual preconizava a "destruição de toda a organização social [...] para sob as ruínas do presente novo edifício social se erguer sem defeitos nem injustiças"⁽⁸⁹⁾.

Face a estas posições, o princípio corporativista da colaboração de classes surgia como uma terceira via que representava a nova realidade do país. Ou seja, ao passado indesejado da experiência demófila surgia no mesmo nível de rejeição o idealismo comunista, justificado como fruto do desconhecimento e da ilusão e representado pelo sonho que abraçara Carlos. É por se tratar de um idealismo de juventude que o próprio Carlos, jovem estudante comunista, acaba por ser libertado, isto é, desculpado⁽⁹⁰⁾. Quando Carlos, após ter cumprido vários meses de isolamento, foi libertado, afinal, tudo não passara de "uma brincadeira de rapazes".

A resignação de Carlos deixa-nos, também, perceber que existe uma separação entre a teoria e a prática da doutrina comunista. Em contra-campo surge-nos toda a materialização da obra edificante da Ditadura no jovem sonhador através dos livros, dos jornais, enfim da realidade. Essa materialização foi, por isso, igualmente, do sonho de Carlos Duarte. Daí que o jovem comunista estivesse, durante todo este tempo em que defendeu essa doutrina, afastado da *realidade*. Ao acordar do seu sonho tinha, porém, encontrado parte dele nessa realidade⁽⁹¹⁾.

(⁸⁸) *Idem, ibidem*, p. 102.

(⁸⁹) *Idem, ibidem*, p. 61.

(⁹⁰) *Idem, ibidem*, pp. 69-70 Para o Sr. Alves a culpa não era do rapaz. Diz-nos assim: "O rapaz é ainda uma criança, mas é das crianças que alguns se aproveitam para a propaganda contra o governo [...] foi vítima de alguns amigos do pai".

(⁹¹) *Idem, ibidem*, p. 116. Diz-lhe Marília: "você fechou os olhos à realidade e não quis ver o muito que se tem feito nos últimos anos". Adiante Carlos confirma redimido: "tenho andado afastado das realidades, concordo. A sonhar, a sonhar, meu pensamento afastou-se para longe em busca de um ideal que não é o bastante nem o suficiente para viver. Esqueci a família, desprezei o

Esta ideia enquadra-se nessa linha de exaltação a uma política modelar que tomava o seu curso no país, convergindo todas as forças em seu redor, pela eficácia de uma lógica de integração sistemática na uniformidade nacional. Essa era a base da ideia de Nação.

No entanto o anátema do comunismo é bem desenvolvido, apesar da refutação simétrica do demo-liberalismo político. Ou seja, além dos conspiradores "democratas" terem a consciência do perigo que seria governar com comunistas, esses "inimigos da Pátria" ao qual após a vitória a primeira coisa a fazer seria "sem dó nem piedade, destruir esses elementos"⁽⁹²⁾, também o próprio povo demonstra possuir uma posição anticomunista. Pela voz do Sr. Alves, o comunismo era pior do que tudo: "[...] Os comunistas são aqueles que desejam um mundo em que não haja patrões nem operários, um mundo que se governe por si próprio, onde não haja leis nem religião. Ninguém se baptisa, ninguém se casa; o amor não existe, a mulher é uma coisa que não vale nada, todos a ela podem ter direito"⁽⁹³⁾, mas além da desordem e da imoralidade do amor livre, que negava a constituição do matrimónio e da família, também a propriedade e a Igreja eram alvos a abater pelo comunismo. Ora esses eram valores sacramentados pelo catolicismo, o que tornava, claramente, o comunismo num anátema que postulava a destruição e o caos, o que implicava, obrigatoriamente, a sua rejeição. Esta era a definição que o povo tinha e que recebia através da informação que circulava pelo país, quer sobre a doutrina em si, quer sobre a sua aplicação na Rússia estalinista.

Era, pois, compreensível que esta rejeição surgisse num meio rural como o que é descrito na novela. A cidade⁽⁹⁴⁾ representava uma maior permeabilidade a essas ideias. De certa forma, tinha

amor, isolei-me da verdade à procura da verdade" — e grato — "Mas não perdi tudo. Encontrei a sua amizade, a sua dedicação." (p. 118).

⁽⁹²⁾ *Idem, ibidem*, p. 76.

⁽⁹³⁾ *Idem, ibidem*, p. 66.

⁽⁹⁴⁾ Na comparação cidade-campo sobre o diferente tratamento que era reservado à aldeia em tempos de eleições no período anterior à revolução do 28 de Maio, o sentimento aldeão retribuía com a sua ideia da cidade vendo-a como um lugar de mandriões que vivem à custa da aldeia (*Idem, ibidem*, p. 14).

sido a ida de Carlos para a capital estudar que justificava como um filho de um rico proprietário naquela aldeia nas margens do Liz se tinha tornado num comunista. Essa transformação seria impossível na aldeia, lugar recatado e virtuoso onde o amanho das terras é no viver aldeão a "única riqueza das gentes pobres"⁽⁹⁵⁾. A valorização do ruralismo é aqui bem expressa no elogio desse "viver aldeão", como se especialmente aí "se abrigassem os mais sólidos e admiráveis sentimentos de abnegação e de patriotismo, de autenticidade e de genuína pureza"⁽⁹⁶⁾.

Este conto enquadra-se, portanto, dentro da noção da "terra portuguesa", como ela deve ser: um jardim florido, que dá à boca o pão bastante e ao olhar o recreio da sua beleza, com as suas festas e romarias anuais a retribuírem a Deus essas dádivas com que foram brindados. Esta pequena *casa lusitana*, que chamaríamos antes de pequena herdade portuguesa, tão perfeita na sua forma, tão rica na sua vegetação, não amolecendoramente fértil para nos obrigar ao trabalho educativo e civilizador. Terra que vale principalmente pelo sol benéfico que a ilumina e pela grei tão laboriosa e boa que a habita; "este consórcio da terra de Portugal e da gente portuguesa sob a bênção do sol é das mais felizes uniões que tem visto o mundo"⁽⁹⁷⁾. É o verdadeiro ruralismo.

A idealização da comunidade rural de Monte Real é ainda reforçada por um certo saudosismo medievo, ao recuperar pela história uma certa imagem idílica dos começos da nacionalidade. Essa "idade de ouro" é projectada pela figura do rei D. Dinis e da rainha Santa Isabel. "Os reis que ao viverem em Leiria encontraram naquele sítio o local maravilhoso para repousarem"⁽⁹⁸⁾. José Mattoso lembra que⁽⁹⁹⁾, integrado na alma nacional, D. Dinis é na memória colectiva recordado como o *poeta* e o *lavrador*. Justamente como em Monte Real, "cuja memória o povo venera tão entranhadamente como adora a da rainha santa"⁽¹⁰⁰⁾. * (*)

⁽⁹⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 35.

⁽⁹⁶⁾ Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 185.

⁽⁹⁷⁾ José Pequito Rebelo, *A terra portuguesa*, Lisboa, s.e., 1929, p. 67.

^(*) Tomé Vieira, *ob. cit.*, p. 43.

^(") Cf. José Mattoso, "Portugal-racionalidade e afecto", *Via Latina*, n° 3, Maio 1991, p. 7.

⁽¹⁰⁰⁾ Tomé Vieira, *ob. cit.*, p. 45.

Sublinhando toda esta paisagem milagrosa surge-nos o voluntarismo didáctico do novo professor Aníbal da Fonseca que numa aldeia cuja escola era um "verdadeiro acontecimento", procura trazer para o universo da cultura alunos que no seu dia-a-dia eram obrigados a trabalhar no campo. Para isto recorre à historia, mitificando os grandes feitos do rei D. Dinis, que nos surge como um verdadeiro herói. Essa era uma verdadeira obra de alcance nacionalista.

É neste brilho ruralista espelhado pela novela que podemos verificar a alimentação de um dinamismo moral e passional através do recurso a uma visão histórica que elabora retrospectivamente certas formas ideais do passado. Este "restauracionismo idílico" é uma constante do discurso ideológico do Estado Novo e um resultado do crivo a que toda a memória histórica se submete.

5. Conclusão

Verificamos, pois, como um sentimento anticomunista radicalizou todo o discurso ideológico do Estado Novo e sabemos como combinou diversas formas de intervenção, principalmente ao traduzir-se numa complexa rede de acções e de ideias de natureza política, económica, religiosa, cultural, militar, etc., que atingiriam todas as esferas da vida social e permaneceriam incrustadas para lá da longevidade política do salazarismo.

Os acontecimentos externos como a Guerra Civil de Espanha, a Segunda Grande Guerra Mundial, a bipolarização mundial e a Guerra Fria, foram alguns dos momentos que pulverizaram internamente a ideia e o sentimento de que existia um plano de sovietação para a Europa Ocidental. O salazarismo alimentaria constantemente esse anticomunismo para criar em seu redor a unidade e o consenso sob uma pretensa ideia de invasão, de cerco, de perigo e de caos.

Quando há vinte anos, o "25 de Abril" marcou historicamente o *terminus* de um período substantivado no autoritarismo político personificado por Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, não cortou radicalmente com os sentimentos e as heranças ideológicas daí recebidas. Nem o podia fazer. Nesse sentido, fomos verificar algumas reacções de um anticomunismo transportado para a nossa jovem democracia em relação ao acontecimento de Abril de 1974.

Na introdução da obra *Comunismo e Maçonaria*, (precisamente do autor Tomé Vieira), escrita por Mário Dias Ramos, podemos encontrar a permanência desse sentimento. Para o autor, era "necessário recusar o esquema demasiado simples e primário que lhe tem apresentado a 'revolução' do 25 de Abril, como unicamente motivada pela conquista da liberdade e da democracia, na luta pela dignidade e independência do povo português", e prossegue, "A 'Revolução' tudo o parece indicar, está integrada numa questão internacionalista cuja luta e infiltração vem de longe e se integra (ou como tal poderá ser interpretada), nessa outra estratégia que tem por base desígnios que ultrapassam as chamadas filosofias do nacionalismo"⁽¹⁰¹⁾. Agora, o "perigo real" de outrora consubstanciava-se internamente e era a Revolução de Abril quem protagonizava em si as ideias de "infiltração", de "internacionalismo", ou de "outra estratégia". O clima da Guerra Fria e o conflito permanente entre as duas superpotências originava interiormente esses receios expansionistas do lado soviético. No "25 de Abril" gerou-se, então, a ideia de uma conspiração com vista ao cerco da Europa pelas forças comunistas. Diz-nos o ex-governante de Salazar e Caetano, Silva Cunha, que o 25 de Abril "esse 'golpe militar' tinha sido desde o início controlado pelo partido comunista apenas com o único objectivo de abrir caminho à implantação do regime comunista e à transformação de Portugal em mais um satélite de Moscovo"⁽¹⁰²⁾. Segundo o último Ministro da Defesa de Caetano, o "25 de Abril" abria de facto duas importantes metas na estratégia expansionista russa — "conquistar novas posições em África para dominar completamente a rota do cabo e criar no extremo ocidental da Europa uma zona de influência que envolvesse, pela retaguarda, o dispositivo militar da O.T.A.N."⁽¹⁰³⁾.

Neste sentido, o "25 de Abril de 1974" não tinha sido apenas uma correspondência dos cansaços da guerra colonial, ou dos

⁽¹⁰¹⁾ Mário Dias Ramos faz uma introdução a esta reedição da obra de Tomé Vieira, *Comunismo e maçonaria: Forças secretas da guerra*, Braga, 1977, p. 16.

⁽¹⁰²⁾ Cf. Silva Cunha, *O ultramar, a nação e o 25 de Abril*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 360.

⁽¹⁰³⁾ *Idem, ibidem*, p. 360.

desejos de democracia e de instalação das liberdades públicas e políticas. Pelo contrário, este, tinha sido a máscara dessas pretensões aonde se escondiam os "verdadeiros" objectivos concretizados no que seria a comunização de Portugal e da Península Ibérica.

Justificável ou não, a permanência deste anticomunismo apenas nos mostra uma parte dos reflexos criados pelo "25 de Abril" na mentalidade política do Portugal de então, que se deve, não so à tensão internacional vivida na época, mas, sobretudo, à força histórica que esse anátema tinha ganho ao longo de meio século de longevidade.